

O papel do controle interno na prevenção de erros e fraudes: um estudo de caso em cooperativa de crédito de Minas Gerais

Resumo

O Controle Interno refere-se não apenas aos aspectos diretamente relacionados às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos das operações de uma empresa. O auditor deve sempre comunicar à administração da entidade que está sendo auditada qualquer descoberta envolvendo fraudes, mesmo que seu efeito não se apresente como relevante sobre as demonstrações contábeis. Questionou-se aos funcionários a importância do relatório emitido, bem como o nível de segurança oferecido pelo controle interno; questionou-se ainda sobre os procedimentos adotados para a prevenção de fraudes e erros no dia-a-dia das atividades da cooperativa. Declaram que o controle interno é muito importante no sentido de contribuir para a credibilidade da organização, visto que proporcionará uma maior segurança quanto à exatidão dos procedimentos realizados no cotidiano da cooperativa. Identificar a confiabilidade no controle Interno por parte dos funcionários e ainda identificar as melhorias oferecidas pelo mesmo no sentido de redução e/ou prevenção fraudes e erros na Cooperativa em estudo. No que tange aos procedimentos de avaliação dos riscos de eventuais fraudes e erros, os entrevistados argumentam que acontecem conferências diárias para verificar-se a adequação dos procedimentos de cada setor.

Palavras-chave: Auditoria; Controle Interno; Terceiro Setor; Cooperativa de Crédito

1. Introdução

No atual contexto econômico, em que as transações realizadas pelas empresas são cada vez mais avultadas e intensas, é preciso que haja garantias no que diz respeito quanto à integridade, legalidade e legitimidade das atividades desenvolvidas pelas empresas com as quais se negocia. O cenário mundial evidencia a necessidade de uma efetiva segurança nos processos, especialmente os contábeis, devido ao crescente índice de fraudes realizadas pelos funcionários e/ou administradores dentro das organizações, independentemente da esfera ou do porte.

Conforme Imoniana e Nohara (2004), os casos de demonstrações contábeis fraudulentas, tão comuns na última década em escala mundial, têm chamado a atenção sobre a adequação do controle interno das organizações. Escândalos financeiros relacionados às demonstrações contábeis têm demonstrado a ineficiência dos controles internos e externos nas empresas. Esse fato preocupante deu início a maiores exigências pautado na melhoria desses controles, deixando evidente a importância do trabalho realizado pela Auditoria.

Para Trisciuzzi e Cardozo (2009), eventos ligados a fraude nos demonstrativos contábeis ocorreram mesmo após o advento da criação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002, estabelecida em decorrência aos escândalos ocorridos no mercado financeiro dos Estados Unidos da América. A SOX obriga a criação de mecanismos de controles para reaver a credibilidade dos investidores. Esses mecanismos vieram para fortalecer as regras de governança corporativa, principalmente para melhorar a transparência dos mecanismos de gestão, com a divulgação das informações das organizações.

Diante o exposto, a presente pesquisa tomou como base o estudo de caso dos controles internos de uma cooperativa de crédito situada na região Nordeste de Minas Gerais. A justificativa para o trabalho está pautada na importância desse tipo de cooperativa para a solução de diversos problemas financeiros da sociedade. Portanto, podem existir falhas na abordagem dos controles naquele tipo de entidade, o que possivelmente levará a perdas substanciais de agentes intrínsecos às suas atividades.

De acordo com Reske Filho, Jacques e Marian (2005), um controle interno adequado é aquele estruturado pela administração e que possa propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economicidade.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar os procedimentos adotados pelo controle interno visando evitar fraudes e erros operacionais em uma cooperativa de crédito situada no Nordeste de Minas Gerais, de modo a evidenciar a importância da auditoria para entidades desse tipo.

Para a melhor elucidação da temática abordada na pesquisa, tem-se a seguinte divisão: a seguir são discutidos aspectos teóricos sobre auditoria e entidades cooperativas; no tópico 3 são expostos os procedimentos metodológicos; no tópico 4 apresenta-se os resultados e discussões; em seguida tem-se as conclusões da pesquisa.

2. Plataforma Teórica

2.1 A importância da auditoria nos processos gerenciais das empresas e nas cooperativas.

De acordo com a autora Attie (1998, p. 25), “a Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. Já, Crepaldi (2002, p. 23), define auditoria como sendo “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas das demonstrações financeiras de uma entidade”.

No que tange a auditoria interna, Oliveira e Diniz Filho (2001, p. 16) mencionam que “constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

De acordo com a NBC T 12, que traz normas a respeito da Auditoria Interna, em seu item 12.1.1.1 “a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade” (CFC, 2003, p. 01).

Pode-se dizer que Auditoria é uma atividade de avaliação dentro da organização em que atua, entre suas funções, estão: examinar, avaliar, e monitorar a adequação e eficácia dos sistemas contábeis e de controle interno. Portanto, é de grande importância e necessário que o controle interno seja independente em relação aos demais setores da organização.

Desta forma, observa-se que a Auditoria Interna funciona como um órgão superior e de apoio aos gestores da organização verificando assim se as rotinas e trabalhos estão sendo executados de acordo com os procedimentos e normas contábeis. Attie (1992) afirma a necessidade de o auditor ser imparcial e de se manter numa condição que o permita agir

íntegra e objetivamente exige que seja colocado separadamente das pessoas cujas atividades examinam.

2.2 Conceito de fraude e erro

Faz-se necessário neste tópico delinear o conceito de fraude e erro. Conforme a NBCT 11-IT 03, o termo fraude refere-se “a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis”.

Por premissa do Conselho Federal de Contabilidade, o auditor normalmente é impedido de comunicar as ocorrências de fraudes ou erros a terceiros devido ao sigilo profissional. Em alguns casos, no entanto, existe a obrigação legal desta comunicação, sendo requerida ao auditor a quebra deste sigilo, conforme o Código de Ética do Contabilista e as Normas Profissionais do Auditor Independente.

O auditor deve sempre comunicar à administração da entidade que está sendo auditada qualquer descoberta envolvendo fraudes, mesmo que seu efeito não se apresente como relevante sobre as demonstrações contábeis. Dependendo das circunstâncias, esta comunicação pode ser feita tanto de forma verbal quanto escrita.

Conforme a NBC T11 - IT – 03, que trata da fraude e do erro, a fraude pode ser caracterizada por:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, de passivos e de resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas (CFC, 1999, p. 207).

Em relação à diferenciação do erro e da fraude, em contabilidade, muito bem esclarece Serpa (2002, p. 57):

É preciso fazer distinção entre fraude e erro, em contabilidade. Fraude é uma ação premeditada para lesar alguém. O erro é uma ação involuntária, sem o intuito de causar dano. Embora possam ocorrer sobre os mesmos fatos e documentos (balanços, balancetes, livros comerciais etc.) são de características diferentes.

Observa-se que não se pode confundir os conceitos de fraude e erro, visto que são conceitos bem distintos, uma vez que na fraude há uma predisposição a causar uma lesão a alguém ou alguma coisa, e ao contrário, o erro é involuntário e decorre da própria condição humana, sujeita à falhas e enganos.

2.3 A importância do Controle Interno na Prevenção de Fraudes e Erros

Diante da evolução nas transações entre organizações, principalmente, pelo processo de globalização e pelos recentes escândalos de grandes empresas motivados por fraudes contábeis em seus registros, documentos e demonstrações contábeis, tornaram-se

indispensável o trabalho de Auditoria como instrumento no combate e prevenção de irregularidades.

Ao contratar os serviços de auditoria é indispensável a ação conjunta da administração e do auditor, além de um bom controle interno que adequará a realidade da organização a situação real econômica e financeira a fiscalização das transações ocorridas, a credibilidade das demonstrações contábeis, dentre outros.

A Contabilidade é ferramenta relevante para coleta de informações, que devem coincidir com a realidade da empresa, proporcionando assim, a tomada de decisões pelos usuários de tais informações. As organizações podem não atingir seus objetivos em caso de erros ou fraudes em suas atividades, aí entra a Auditoria proporcionando esclarecimentos dos fatos e podendo até evitar crimes.

Os estudos realizados pelo Controle Interno é que delimitarão a extensão e a confiabilidade dos trabalhos realizados pela Auditoria. Entretanto, há diferenças entre auditor interno e controle interno, sendo que o primeiro tem o trabalho de revisar os controles internos, estes são normalmente funcionários da organização.

Por controles internos pode ser entendido como todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio (FRANCO; MARRA, 2000).

O sistema contábil e de controles internos compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficiência operacional (CFC, 2010).

Para Migliavacca (2002, p. 17) “Controle Interno é definido como planejamento organizacional e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa, a fim de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção”.

Existem princípios de controle interno que permitem alguns objetivos específicos que são bem colocados por Peter e Machado (2003, p. 25) são:

- a) **Relação custo/benefício:** consiste na minimização da probabilidade de falhas/desvios quanto ao atendimento dos objetivos e metas. Este conceito reconhece que o custo de um controle não deve exceder aos benefícios que possa proporcionar;
- b) **Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários:** a eficácia dos controles internos está diretamente relacionada com a competência e integridade do pessoal. Assim, é imprescindível que haja uma política de pessoal que contemple;
- c) **Delegação de poderes e determinação de responsabilidades:** visam assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, fazendo-se necessário um regimento/estatuto e organograma adequado, onde a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente às necessidades da organização; e manuais de rotinas/procedimentos claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores do órgão/entidade;
- d) **Segregação de funções:** a estrutura de um controle interno deve prever a separação entre as funções de autorização ou aprovação de operações e a execução, controle

e contabilização das mesmas, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio;

- e) Instruções devidamente formalizadas: para atingir um grau de segurança adequado é indispensável que as ações, procedimentos e instruções sejam disciplinados e formalizados através de instrumentos eficazes, ou seja, claros e objetivos e emitidos por autoridade competente;
- f) Controles sobre as transações: é imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade do órgão/entidade e autorizados por quem de direito;
- g) Aderência às diretrizes e normas legais: é necessária a existência, no órgão/entidade, de sistemas estabelecidos para determinar e assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos.

Pode-se concluir que o Controle Interno refere-se não apenas aos aspectos diretamente relacionados às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos das operações de uma empresa. Sendo relevante dizer que os responsáveis pelo correto funcionamento do controle interno são todos os funcionários, desde a alta administração até os colaboradores de apoio, participam da execução do controle.

2.4 Conceituando a Sociedade Cooperativista

Necessário se faz neste tópico caracterizar alguns pontos importantes no que tange às sociedades cooperativas.

As cooperativas têm o intuito de constituir o crescimento econômico em conjunto com o desenvolvimento social, tendo como fundamento os valores de ajuda mútua a igualdade, e a solidariedade, e por objetivo primordial as pessoas.

Bialoskorski Neto (2000) menciona que as cooperativas são organizações de fins econômicos, mas que não visam lucro. Estas são formadas por associados que possuem cotas de participação, e têm o mesmo direito na hora da decisão, sendo sempre necessário o controle e monitoramento das atividades e decisões pela assembléia geral.

As cooperativas proporcionam uma significativa eficiência na geração de empregos e uma maior divisão da renda, fatores esses que são fundamentais para o desenvolvimento da economia. Com o aumento da renda da sociedade, aparece também o aumento do consumo, e em consequência a elevada produção e o número de contratações de mão de obra, promovendo um crescimento na economia (BERTOLINI, 2003).

As cooperativas apresentam alguns princípios básicos que são as linhas orientadoras da prática cooperativista. Após várias pesquisas e contestações, esses princípios sofreram algumas adaptações, ao longo das transformações sócio-econômicas e a formulação dos Princípios Pioneiros de Rochdale ficou assim instituído conforme o portal do cooperativismo:

Adesão Voluntária Livre: As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve tomar conhecimento das práticas desenvolvidas pela cooperativa à

qual deseja se associar, depois deve analisar se apresenta as condições necessárias para cumprir os acordos estabelecidos pela maioria dos associados.

Gestão Democrática: Os cooperados, reunidos em assembléia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.

Participação Econômica dos Membros: Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior do as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembléia.

Autonomia e Independência: O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas devem garantir e manter essa condição.

Educação, Formação e Informação: É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino de cooperativismo nas escolas de 1º e 2º graus.

Intercooperação: Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando o setor como atividade sócio-econômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional.

Interesse pela Comunidade: As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

2.4.1 As Cooperativas de Crédito

A sociedade cooperativa de crédito se organiza por grupos identificados (associados) como alvo suprir os membros do próprio grupo, promovendo a captação de recursos, tornando possível atender a suas necessidades de crédito a uma taxa de juros mais favorável, para fins diversificados. Sendo que a cooperativa de crédito presta serviços da atividade bancária aos seus associados.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços aos associados, como a concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, 2006).

As cooperativas de crédito rural estão articuladas com as cooperativas agropecuárias, são utilizadas como opção de autofinanciamento, dando oportunidades aos agricultores de recuperarem a capacidade de produção, negociarem e pouparem dinheiro da safra até um

próximo plantio. São formadas por produtores rurais que utilizam financiamentos para investimentos e custeio de safras (BIALOSKORSKI NETO; BALIEIRO, 2000).

As cooperativas de Crédito vêm se mostrando uma boa opção para o desenvolvimento próprio, como o da entidade e comunidade em que está inserida, encontra-se habilitada a práticas para operações financeiras de um banco comercial, proporcionando beneficiamento aos produtores rurais e seus familiares.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Caracterização da pesquisa

Apresentado o escopo da pesquisa quanto à caracterização dos objetivos, relevância e referencial teórico, busca-se, neste tópico, apresentar os procedimentos metodológicos utilizados. De modo específico, são apresentados os delineamentos empregados para atendimento dos objetivos estabelecidos.

Assim, quanto à abordagem dos objetivos, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório. Para Gil (2007), a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fato, que é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Quanto à abordagem do problema, é considerada como pesquisa qualitativa, visto que se trata do estudo de um tem no seu cenário natural. Busca-se interpretá-lo em termos do seu significado assumido pelos indivíduos.

Para consecução dos resultados utilizou-se a abordagem de Estudo de Caso. Conforme Marconi e Lakatos (2007) e Martins e Theóphilo (2009), neste tipo de procedimento tem-se a análise intensiva de uma situação particular, tratando-se de um método de pesquisa de campo, em que são realizadas investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do pesquisador.

3.2 Operacionalização do Estudo de Caso

A pesquisa foi realizada em uma Cooperativa de Crédito situada no Nordeste de Minas Gerais a partir de entrevistas estruturadas com os colaboradores responsáveis pelo diversos setores da cooperativa, sendo eles: (1) Diretor Financeiro; (2) Gerentes Geral, Administrativo e de Negócios; (3) Supervisores da Tesouraria, Crédito, da Contabilidade e da Informática; e (4) Agente de Controle Interno.

A cooperativa em estudo foi instituída em 19 de agosto de 1991, como cooperativa do segmento rural e em 20 de junho de 2005 tornou-se uma Cooperativa de Livre Admissão de Associados, após aprovação do Banco Central. Esta foi uma grande mudança, permitindo a qualquer pessoa física ou jurídica o direito de ingressar na Cooperativa. A mesma possui agências em quatro municípios situados no Nordeste de Minas Gerais, além da sua Agência sede.

Buscou-se, como base nas teorias e pressupostos definidos na pesquisa, recolher respostas a partir da experiência subjetiva dos colaboradores da cooperativa, propositalmente selecionados por deter informações inerentes aos controles internos utilizados na cooperativa. O objetivo foi o de perceber a ação do controle interno dentro da organização, tendo em vista a identificação e prevenção de fraudes e erros, bem como os resultados obtidos.

Quanto à análise dos dados, a partir dos relatos e informações obtidos dos entrevistados, realizaram-se comparações entre as opiniões expressas pelos mesmos bem como com a doutrina acerca do assunto.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Aspectos organizacionais encontrados na cooperativa

A Cooperativa adotou o conceito de Governança Corporativa em sua forma de organização. Trata-se da integração de todos os órgãos de administração interagindo entre si e com o mercado e as orientações funcionais e com os associados. É um modelo padronizado e difundido pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que orienta os administradores no sentido de estarem alinhados aos interesses da Cooperativa e de seus associados.

A administração é feita através de um modelo de gestão compartilhada e participativa, com uma sintonia e discussão entre os setores operacionais, gerência e diretoria, em que prevalece a transparência e um alto grau de comprometimento para com as decisões.

A atuação da cooperativa está baseada nos princípios da ação democrática, do compromisso com o desenvolvimento (econômico, social e humano), da conduta ética, da cooperação e a parceria, da determinação, da honestidade e transparência, do profissionalismo, solidariedade, valorização e respeito às pessoas.

A cooperativa oferece aos seus associados os seguintes serviços, quais sejam: Financiamentos; Conta garantida; Crédito rural (recursos próprios e de repasse); Crédito geral; Cheque especial; Desconto de títulos; Repasses (BANCOOB, BNDES, BDMG) e Adiantamentos a depositantes (Tolerância).

4.2 Discussão sobre os controles internos adotados

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos com a realização das entrevistas com os colaboradores da Cooperativa. No entanto, os entrevistados não tiveram seus nomes identificados de modo que apenas identificou-se o cargo exercido pelos mesmos atualmente.

Questionou-se aos funcionários a importância do relatório emitido pelo controle interno, bem como o nível de segurança oferecido pelo controle interno; questionou-se ainda sobre os procedimentos adotados para a prevenção de fraudes e erros no dia-a-dia das atividades da cooperativa. Procurou-se ainda identificar a confiabilidade no controle Interno por parte dos funcionários e ainda identificar as melhorias oferecidas pelo mesmo no sentido de redução e/ou prevenção fraudes e erros na Cooperativa em estudo.

No que tange ao perfil dos entrevistados é possível constatar que estes têm formação superior, sendo que alguns são pós-graduados em alguma área afim àquela em que trabalha na

cooperativa, outros estão em processo de pós-graduação. Quanto ao tempo de trabalho na cooperativa, varia-se um pouco, sendo que vai desde cinco (5) anos até dezessete (17) anos.

As principais atividades realizadas pelos entrevistados são: acompanhamento de movimentação de caixa; gestão de pessoal e gestão administrativa; supervisão de operações, liberação e liquidação de operações, supervisão de aplicação dos associados; atendimento ao público em geral, conferência de contas, elaboração de manual de abertura de conta corrente, atualização de relatórios do sistema.

Com relação ao controle interno, mais especificamente, os funcionários argumentam sobre a sua importância. Declaram que o controle interno é muito importante no sentido de contribuir para a credibilidade da organização, visto que proporcionará uma maior segurança quanto à exatidão dos procedimentos realizados no cotidiano da cooperativa.

Corroborando a afirmativa anteriormente exposta, têm-se algumas considerações dos entrevistados acerca dos relatórios do Controle Interno:

Colaborador 1.

É de muita importância, devido a verificação e apontamento dos erros e falhas nas atividades colocando um prazo para resolução. No setor de caixa também, pois tem que ser tudo dentro das normas e leis [...].

Colaborador 2.

O relatório do controle Interno vai servir como um norteador porque nele estarão elencadas todas as falhas que foram detectadas dentro de um determinado Controle Interno numa área específica. Nele constará além da ineficiência em algum determinado momento que o controle faltou, pode-se conter também uma solução, uma medida preventiva ou corretiva com relação a essa falha.

Argumentaram ainda que o Controle Interno é um grande aliado na prevenção e fraudes, visto que é capaz de evidenciar “brechas” que com certeza poderiam levar à fraudes que, no cotidiano, dificilmente seriam detectadas.

Com relação à segurança oferecida pelo Controle Interno, os entrevistados revelam-se satisfeitos. Declaram que o Controle Interno apresenta muita eficiência demonstrando a realidade dos procedimentos praticados no cotidiano da cooperativa e demonstrando eventuais falhas na rotina dos procedimentos realizados, apresentando sugestões e medidas corretivas para que não aconteçam falhas semelhantes.

No que tange aos procedimentos de avaliação dos riscos de eventuais fraudes e erros, os entrevistados argumentam que acontecem conferências diárias para verificar-se a adequação dos procedimentos de cada setor. Argumentam ainda que são disponibilizados aos funcionários muitas orientações quanto a fraude e erros operacionais.

Os entrevistados acrescentaram que, todos os procedimentos operacionais são supervisionados pelo Controle Interno e também pelas chefias imediatas de cada setor. Todos os supervisores são bastante capacitados para exercerem esta função e a palavra final quanto ao risco da operação é dada pelo Controle Interno.

Para que haja um melhor controle dos procedimentos e para que a possibilidade o erro seja reduzida, o controle interno é consultado mensalmente e os levantamentos feitos pelo

mesmo são repassados aos gestores, e estes por sua vez, fazem os apontamentos a cada setor para que estes corrijam suas eventuais falhas.

Os entrevistados declararam ainda que os auditores internos, de posse do controle interno, procuram sempre auxiliar os funcionários quanto a alguns erros ou falhas que as vezes possam passar por despercebido aos olhos destes funcionários. São elaboradas planilhas, relatórios e uma espécie de *check list* para que haja o acompanhamento de todos os procedimentos realizados e para que os mesmos sejam realizados em conformidade com as normalidades da cooperativa. Dessa forma, evita-se que maiores transtornos aconteçam por causa de erros que a rotina do dia-a-dia não permite que sejam visualizados. Ilustrando a afirmativa acima, tem-se o seguinte:

Colaborador 1.

Atualmente, no nosso setor, temos que nos apegar muito ao relatório, trabalhar em conjunto com o Controle Interno, porque às vezes, no cotidiano, na rotina do dia-a-dia, agente acaba atropelando muita coisa e a partir do momento que se tem o auxílio do relatório, passamos a enxergar alguns pontos que talvez estejam passando por despercebidos.

De acordo com os entrevistados, o Controle Interno da cooperativa realiza, diariamente, em cada setor diversas atividades com objetivo de detectar falhas, erros e fraudes nos procedimentos internos, a saber:

- a) No setor de tesouraria: Conferência de caixas, acompanhamento do livro caixa, conferencia da movimentação do caixa e controle de diferenças de caixa.
- b) No setor de assistência à diretoria: observa os PAC's, (as filiais localizadas nos outros municípios) e faz considerações acerca dos mesmos; observa o atendente e o modo como suas atividades são desenvolvidas.

Desta forma, é realizado o acompanhamento diário das atividades desenvolvidas nos diversos setores da cooperativa, de modo que a probabilidade de erros seja reduzida, visto que, como foi citado por um dos entrevistados, antigamente já aconteceram fraudes na cooperativa devido à falta desse acompanhamento.

Apesar da confiabilidade demonstrada pelos colaboradores, os mesmos ressaltam que algumas melhorias e aprimoramentos são sempre necessários de modo que citam como pontos a serem melhorados no Controle Interno:

- a) Necessidade de divulgação do relatório completo para todos os setores, e não apenas os apontamentos de cada setor especificamente;
- b) Dar maior amplitude para o Controle Interno, possibilitando que o mesmo realize mais procedimentos e contribuindo para que a segurança quanto aos procedimentos seja maior;

Pelo apresentado, os entrevistados demonstraram um grau de confiabilidade grande com relação ao Controle Interno dada à autonomia que o mesmo possui dentro da organização em estudo e ainda buscam estratégias para melhorar a sua execução.

5. Considerações Finais

Frente o contexto apresentado ao longo deste artigo e as respostas dos questionários aplicados aos colaboradores da instituição em estudo, percebemos que, a sociedade nos dias atuais tem apresentado grande preocupação com a transparência das atividades e transações realizadas pelas diversas organizações, sejam elas de finalidade lucrativa ou não.

Diante disso, as diversas organizações vêm cuidando para que suas práticas e procedimentos internos sejam os mais corretos possíveis de modo a evitar erros e fraudes.

Sendo assim, a Auditoria é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles internos, fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para os investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui diretamente para melhor aplicação das leis fiscais.

A cooperativa em estudo veio, ao longo do tempo, buscando recursos para a prevenção de fraudes de modo a demonstrar a transparência em suas atividades, sendo o Controle Interno considerado de grande utilidade visto que, antes de sua implantação ocorriam falhas nos procedimentos.

Esperamos que o artigo ora apresentado promova a reflexão no que diz respeito aos processos organizacionais e às possíveis soluções para os problemas decorrentes desses processos. Além disso, almejamos contribuir para o constante aprimoramento dos processos organizacionais da instituição em estudo e também de outras instituições que façam uso deste trabalho.

Referências

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

BERTOLINI, S. R. F. **Análise das vantagens e desvantagens de uma cooperativa de crédito em relação às instituições financeiras tradicionais**. 2003. Monografia de conclusão do curso de Contabilidade – ARP/USP, Ribeirão Preto, 2003.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Política Institucional de Monitoramento da Autogestão das Cooperativas do Estado de São Paulo**. Uma Proposta Preliminar de Metodologia, Pesquisa e Implantação. 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. **Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo: um ensaio analítico** 2000. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, 2000. (Texto para Discussão. Série Economia, TD-E 12).

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria: Tradução Autorizada**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11: Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 1997. Disponível em: < www.portaldecontabilidade.com.br> . Acesso em 15 Jun. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T11-IT 03: Da Auditoria Contábil**. Brasília, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília, 1999.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNHA, J.V. A. da; CORNACHIONE JUNIOR, E.B. Fraudes e Tecnologia da Informação: análise das influências em sistemas contábeis e empresariais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, nº. 144, pág. 79, nov./dez. 2003.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IMONIANA, Joshua O.; NOHARA, Jouliana J.. Cognição da Estrutura de Controle Interno: uma Pesquisa Exploratória. ENANPAD. 2004

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles Internos nas Organizações**. 1. ed. São Paulo: Edicta, 2002.

PINHEIRO, M.A.H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 4. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

PRINCÍPIOS do Cooperativismo. 2008. Disponível em:

<http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=texto.php&c=principios_e_valores>. Acesso em 15 jun. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SERPA, Júlio Cesar Lopes. **Fraudes contábeis, dolo ou culpa**. João Pessoa, 2002.

Disponível em: < <http://www.contadorperito.com/index.php?tp=3&ag=2574> >. Acesso em 09 mai. 2010.

TRISCIUZZI, Carlos R. F.; CARDOZO, Julio S. A auditoria interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro. **In.:** III Congresso IAAER-ANPCONT, 2009, São Paulo Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIII/01/168.pdf>

WOLLEBORG, Leone. **Teoria e definições Cooperativistas**. 1. ed. Brasília: Confebrás, 2005.